

40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC  
01 de julho de 2013

Ao primeiro dia do mês de julho de 2013, na sede do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, situada à Av. Ramiro Colleoni nº 5, Santo André, a partir das 9 horas e 40 minutos, realizou-se a Quadragésima Reunião Ordinária, sob a presidência do Prefeito do Município de São Bernardo do Campo, Senhor LUIZ MARINHO, e com as presenças dos Excelentíssimos Prefeitos dos Municípios de Santo André, Senhor CARLOS ALBERTO GRANA; de São Caetano do Sul, Senhor PAULO NUNES PINHEIRO; de Diadema, Senhor LAURO MICHELS SOBRINHO; de Mauá, Senhor DONISETE PEREIRA BRAGA; de Ribeirão Pires, Senhor SAULO MARIZ BENEVIDES e de Rio Grande da Serra, Senhor LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA. Presentes também os Assessores Regionais de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, bem como o Secretário Executivo da Presidência do Consórcio, Senhor Luis Paulo Bresciani.

INÍCIO – O Presidente iniciou os trabalhos cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Dando sequência, apresenta a pauta para discussão.

1. GESTÃO DO TRABALHO MÉDICO EM ÂMBITO REGIONAL - APRESENTAÇÃO DO GT SAÚDE SEGUIDO DE INFORME SOBRE AS AGENDAS ENTREGUES AO GOVERNO FEDERAL E ESTADUAL: O Prefeito Luiz Marinho dá início à reunião e passa a palavra ao Secretário de Saúde da Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo e Coordenador do Grupo de Trabalho Saúde do Consórcio, Dr. Arthur Chioro, que inicia sua fala relatando que a apresentação que fará é uma devolutiva do trabalho que o grupo desencadeou após solicitação da Assembleia de Prefeitos, em reunião no Consórcio, na qual foram identificadas dificuldades específicas com relação à gestão do trabalho médico e que, a partir daí, foi constituído no grupo de trabalho uma atividade bastante intensa e produtiva. Arthur Chioro reforça que todos se depararam com esse tipo de dificuldade e que, estão pontuando isso, para explicar porque o grupo não conseguiu fechar o trabalho em 60 dias, prazo dado anteriormente. Menciona também que tiveram dificuldades metodológicas, pois as equipes de Recursos Humanos e as equipes das Secretarias de Saúde das Prefeituras tiveram que fazer inúmeras reuniões ao longo desse tempo para conseguir produzir um diagnóstico, que se encontra nas pastas entregue aos Senhores Prefeitos, com detalhes da referência salarial, ou seja, o vencimento pago aos médicos na região, entre outras informações. Chioro reforça que foi extremamente difícil e trabalhoso garantir a qualidade das informações, pois as variedades de situações sejam de jornada de trabalho, tipos de vínculo empregatício, das especialidades ou da inserção no processo de trabalho, tornaram complexo o trabalho de preparar uma matriz com os dados no qual se pudesse entender o que ocorre com os valores pagos e, a partir daí, estruturar uma lógica para execução de um diagnóstico. Arthur Chioro relata que esse diagnóstico é de extrema importância, pois a partir dele, é possível criar uma metodologia de acompanhamento permanente, porém, relata ainda que o grupo não conseguiu entrar na esfera hospitalar, pois demandaria muito mais tempo, ficando para um segundo momento. O trabalho mencionado abrange médicos da rede de Atenção Básica, com 40 horas em clínica médica, os médicos do Programa Saúde da Família, especialistas como ginecologistas e pediatras, e que atuem na rede de atenção

básica. O coordenador do GT Saúde cita que foi construída uma segunda planilha com a relação dos médicos especialistas e dos psiquiatras destacados e que foi feito ainda uma terceira e última matriz, com a relação dos médicos dos plantões, prontos-socorros e das Unidades de Pronto Atendimento - UPA, inserindo os médicos clínicos, pediatras, psiquiatras e também os socorristas do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU. Arthur Chioro menciona que como não trabalharam com foco em rede hospitalar fez-se necessário, no caso de prontos-socorros, UPAs e SAMUs, converter as unidades de análise para um equivalente de horas de trabalho, por haver categorias de médicos com 6, 10, 12, 24, 36 horas ou mais, relata que existem todos os tipos de vínculos, diferentes em cada caso. Nos demais casos procurou-se estabelecer um processo de plantão de 12 horas, para efeito de comparação e, nas demais, ainda é possível perceber que algumas Prefeituras trabalham com jornadas de 20 ou 30 horas ou até mesmo com todos os tipos de jornadas possíveis, portanto, a construção de uma matriz se fez necessária. Dr. Arthur Chioro relata que a matriz já expressa os reajustes feitos por algumas Prefeituras, portanto, já está atualizada em função desse estudo, que é o caso dos municípios de São Bernardo do Campo e Mauá, que já fizeram recomposições de faixa salarial. Arthur Chioro fala sobre alguns dos encaminhamentos, visando à gestão do trabalho médico, sendo o primeiro ponto reconhecer a importância e a especificidade do médico no sistema regional do Sistema Único de Saúde - SUS, em cada município, bem como a necessidade de implementação de iniciativas que favoreçam a fixação, a valorização e, também, a qualificação das equipes. Em segundo lugar, ele aponta a importância de organizar em cada Secretaria Municipal de Saúde e no GT Saúde do Consórcio, um processo permanente, sistemático e integrado de planejamento, de gestão e de controle do trabalho médico, pois observaram que a maior dificuldade não foi apenas no âmbito do GT Saúde em estruturar uma proposta, mas também, percebeu-se que muitas Prefeituras e Secretarias não tinham estruturado uma análise concreta do andamento de algumas situações e a partir disso ficou combinada a criação de um processo permanente de avaliação. Arthur Chioro afirma que é necessário estabelecer, entre o grupo e os demais presentes, um pacto de respeito aos vínculos existentes, evitando concorrência desleal, como exemplo do que estava ocorrendo, ele menciona que algumas Prefeituras, em situação de emergência e por falta de médicos, entravam em contato com as outras Prefeituras para solicitar médicos, uma atitude considerada por ele desleal e antiética, sendo proposto um pacto de lealdade e compromisso entre as Prefeituras. Outra questão levantada é o acordo em estabelecer valores de remuneração do trabalho em uma faixa média regional, pois nesse primeiro momento, não é possível estabelecer um único tipo de valor de vencimento, devido às regras das Prefeituras que são distintas. Arthur Chioro menciona sobre a existência de médicos em regime estatutário, contratados, médicos estaduais e federais municipalizados etc, e que isso dificulta um consenso, solicitando que os reajustes sejam negociados e discutidos regionalmente, inclusive, os períodos de reajuste, a ideia é de que respeitando esse acordo não haja uma disputa entre os municípios, não aumentando os valores desproporcionalmente, nem fazendo com que um município fique refém de outros. A preocupação de Arthur Chioro é que todos esses valores e períodos sejam bem articulados entre todos. Reforça que o GT Saúde já deu início a medidas compartilhadas que visem coibir algumas situações como, por exemplo, o acúmulo ilegal de vínculos empregatícios pelos profissionais médicos, que tenham mais de dois vínculos

públicos, que é o que a Constituição Federal permite e que, muitas vezes, não é respeitado, outro exemplo é a sobreposição de horários no cumprimento da jornada de trabalho nos diferentes vínculos. O Secretário Chioro fala que à medida que essas situações forem notadas, será adotado um processo de advertências administrativas, cabíveis à apuração dessas irregularidades e, inclusive, denúncia ao Ministério Público e ao Conselho Regional de Medicina. Relata que em uma situação de pleno emprego é possível observar que se um médico é demitido do seu local de trabalho, em um determinado município, no dia seguinte à demissão, ele é contratado no município vizinho, o que reforça a tese e aumenta as chances daquele médico não cumprir com a sua jornada de trabalho, podendo perfeitamente escolher onde trabalhar. Arthur Chioro sugere ainda outra proposta, de se adotar regionalmente o controle eletrônico da jornada de trabalho, medida que terá de ser tomada regionalmente e não apenas por um único município, pelo mesmo motivo anterior, uma vez que a profissão está em pleno crescimento. Ainda no rol das propostas, Arthur propõe estabelecer medidas de compartilhamento das informações estratégicas com o setor privado, que também vive problemas semelhantes aos públicos, relatando a relevância de manter o cadastro nacional de estabelecimentos de saúde, com atualização do quadro de remuneração médica por especialidade, permanentemente. E, na sequência, a medida apontada é a de estreitar relações com a Secretaria de Gestão do Trabalho, Educação e Saúde do Ministério da Saúde, que manifestou interesse em apoiar uma experiência da região do Grande ABC de aprimoramento do processo de gestão do trabalho de saúde, em especial a do trabalho médico, e o Ministério está disposto a investir recursos para ajudar a pensar na estruturação de uma carreira médica regional, que a princípio terá dois locais como referência para desenvolvimento de estudos e estratégias de como pensar nacionalmente propostas desta natureza, que são o Estado de Minas Gerais e o Grande ABC, e a partir desta informação o GT Saúde já se reuniu e aceitou participar do projeto. Na sequência, apresenta o diagnóstico, relatando que o material é do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, com algumas informações preparadas também pelo GT, mostrando como está toda a situação. (anexos os slides com os números do estudo). Após, Arthur Chioro enfatiza que o quadro de médicos no Brasil é muito alarmante, apontando que o Brasil gerou 54 mil postos de trabalho a mais do que o número de formados, portanto, acumulados seriam necessários 146 mil postos de trabalhos, relata que são abertos 146 mil postos e formados apenas 93 mil médicos. Arthur Chioro mostra que há um dado do Ministério do Trabalho que aponta a existência de 3,5 postos de trabalho em média para cada médico brasileiro, considerando a média, existe município com valor bem superior. Arthur, ainda na apresentação, menciona que a procura por vagas nos vestibulares de medicina aumentou de 25 candidatos por vaga, para 41 na última década, também cita uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, que mostra que 58% dos entrevistados dizem que a falta de médicos é o principal problema do SUS. Arthur Chioro fala que sem contar com o que as Prefeituras e o Estado possam contribuir, até o ano de 2014 serão outros 26.311 novos postos de trabalho criados no Brasil. Cita ainda que o Ministério da Saúde está tomando medidas importantes, como aberturas de cursos de medicina, vagas de residência com o PROVAB, ampliação de bolsas que chegam para as especialidades mais importantes. Arthur Chioro comenta na sequência sobre a vinda de médicos estrangeiros para o país e dá o exemplo da Inglaterra, que trabalha com 37% da sua força de trabalho médica composta por estrangeiros, 25%

Consórcio Intermunicipal Grande ABC nos EUA, 22% no Canadá, 17% na Austrália e 1,79% no Brasil, portanto, o Governo Federal está trabalhando e propondo duas alternativas, que tem o nosso apoio, primeiramente por haver grande oposição dos médicos brasileiros, que exigem que os médicos estrangeiros prestem o chamado 'Revalida', um atestado que capacita o médico a exercer sua função. Nesse sentido há um trabalho sendo feito entre o Governo Federal, a Federação Nacional dos Prefeitos e as entidades de Secretários Municipais de Saúde. Arthur Chioro explica que a primeira medida para regularização do processo seria esta validação. A segunda é criar um regime especial de trabalho, com prazo de validade de 2 a 3 anos, trazendo médicos estrangeiros para atuar especificamente na rede de atenção básica e UPAs, com acompanhamento do Ministério da Saúde e, também, com acompanhamento das Universidades Federais, após terminado este período, o médico retorna ao seu país de origem, podendo ficar no Brasil somente no caso de prestar o 'Revalida'. O Coordenador do GT Saúde reforça que a ideia é trazer médicos de países como Portugal e Espanha, lembrando que não trará médicos da Bolívia e do Paraguai, por exemplo, pois o Brasil é signatário, desde o ano de 2007, de um Tratado Internacional da Organização das Nações Unidas – ONU, que impede que o país retire médicos de países que possuem menos de um médico por mil habitantes, reforçando a fala anterior de que somente o Ministério poderá encaminhar o médico para sua função. Para finalizar, Arthur Chioro fala que foi feito um estudo sobre a situação da gestão do trabalho médico na região do ABC, mas reforça que não está divulgando esta informação para o público em geral, pois os dados precisam ser mais bem aprimorados, estando disponíveis nas pastas dos Prefeitos. Na sequência, o Prefeito Lauro Michels parabeniza o GT pelo trabalho e sugere que todos deixem os dados apresentados nos arquivos do Consórcio, garantindo que as informações ainda sigilosas ou em revisão não sejam divulgadas na imprensa, o que foi acatado pelos demais Prefeitos. O Prefeito Carlos Grana comenta que as tabelas são polemicas e deveriam ser apresentadas de outra forma, sendo ideal o dado de horas x médicos disponíveis em cada cidade. Os dados impressos são devidamente deixados na mesa de reunião e recolhidos para arquivo da entidade. Ao final desta ação, o Presidente Luiz Marinho questiona ao Coordenador do GT Saúde qual a deliberação a ser tomada na presente Assembleia, e Arthur Chioro menciona que caberia primeiramente pensar se as medidas propostas receberão o aval da Assembleia. Em seguida, o Prefeito Lauro Michels ressalta o problema da falta de fidelidade dos médicos nos municípios com relação ao cumprimento de horários. O Presidente Luiz Marinho responde que uma solução para resolver este tipo de problema é, por exemplo, o caso de um médico ser demitido de um hospital de determinado município, não poderá ser contratado no município vizinho, e menciona ainda que essa definição cabe aos Secretários conduzirem, antes dos próprios Prefeitos. Menciona que os Prefeitos estão respaldando todo o trabalho apresentado, mas que cabe a cada Secretaria de Saúde e sua equipe cumprirem os encaminhamentos. O Secretário de Saúde da Prefeitura de Santo André, Homero Nepomuceno, explica que a região tem totais condições de criar uma agenda positiva, certo de que não resolverá o problema em curto prazo, mas que ajudará bastante a resolver uma série de questões. Fala ainda que a região tem condições de aumentar rapidamente o número de vagas de médicos residentes na Faculdade de Medicina da Fundação ABC, para no mínimo 150 a partir do próximo ano, com aumento no número de vagas de estágio. O Secretário Homero Nepomuceno afirma que o grupo não deve se pautar apenas na vinda de médicos estrangeiros e sim em

uma agenda positiva dentro da estrutura da região. O Prefeito Lauro Michels pergunta de onde viriam os médicos residentes, e Homero Nepomuceno responde que poderiam vir da Fundação ABC ou de qualquer outro local do país, pois as vagas são abertas. O Prefeito Lauro Michels questiona se não há a possibilidade de buscar esses médicos no atual momento e o Prefeito Luiz Marinho questiona o que é necessário fazer para viabilizar tal procedimento, qual a pendência para o momento, a resposta de Homero Nepomuceno é sobre a necessidade de verificar toda essa demanda com os membros do Conselho Curador, com o Diretor da Faculdade de Medicina e aproveitar o custeio de bolsa que o Ministério está oferecendo para o anúncio das vagas. O Prefeito Luiz Marinho solicita ao Homero que haja uma convocação aos membros da Fundação ABC para que se discuta sobre o assunto. Reforça também que foi solicitado ao diretor da Fundação, Sr. Maurício Mindrisz, um estudo sobre o Estatuto da entidade, para iniciar uma discussão de como os municípios poderiam participar junto à Fundação em todo esse processo, e encerra falando que o Consórcio dá total apoio ao trabalho que está sendo realizado. O Presidente cita ainda que é necessária uma política de cidadania entre os Estados brasileiros, que é preciso melhorar os atendimentos para que não tenhamos um quadro em que as pessoas precisem se deslocar para outras regiões para serem atendidas, propondo o respaldo do Consórcio para as medidas anunciadas pelo Governo Federal, mesmo considerando que a região não seja diretamente beneficiada, mas isso vai ocorrer pelo avanço dos outros locais, Estados e rincões do país. A Secretária de Saúde de Mauá, Lumena Furtado, menciona que haverá reunião do congresso nacional de secretários municipais na semana seguinte, e seria interessante manifestar o apoio dos prefeitos do Grande ABC aos anúncios federais. O Prefeito Lauro propõe que o Consorcio prepare uma nota oficial, a ser lida pelo coordenador do GT no evento. Chioro dá um último informe sobre a questão dos recursos anunciados pelo Ministro Padilha para a região, e menciona que pelo contato que obteve com o Ministério da Saúde, os recursos serão divididos em blocos distintos, o primeiro é o de recursos da saúde mental, o Ministério está verificando uma maneira de fazer a liberação do recurso adicional anunciado, inclusive com o município de São Caetano do Sul, que ainda não estava na relação e agora consta com mais um CAPs, e informa que até o mês de agosto o processo estará regularizado. E com relação aos recursos de hospitais e outros, o Ministério estará convidando os Prefeitos e os Secretários para irem até Brasília para encaminhar diretamente com as equipes técnicas de cada região. Em relação ao Governo do Estado, não foi liberada nenhuma informação, aguardada para uma futura vinda do governador Alckmin ao Grande ABC. O Presidente Luiz Marinho solicita ao Secretário Executivo que encaminhe ofício para a Casa Civil do Estado, e passa para o próximo ponto de pauta.

2. GESTÃO DE RISCOS - Apresentação do IPT sobre atualização dos mapas de riscos na região e seus desdobramentos - O Secretário Executivo do Consórcio faz uma pequena introdução ao tema, explicando que a apresentação é para mostrar os mapas de riscos das cidades que ainda não tinham sido feitos, sendo que atualmente se trabalha em quatro municípios: Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires, São Caetano do Sul e Santo André. Na sequência, convida Kátia Canil, técnica responsável do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) para explanar sobre o tema. Kátia agradece a oportunidade e menciona que o projeto foi iniciado em novembro de 2012, na gestão anterior, com a perspectiva de uma atuação regional. O projeto tem como foco conhecer as áreas de riscos, estimar custos para resolver

os problemas, recuperar as áreas, remover moradias e, na sequência, elaborar um Plano Municipal de Gestão de Riscos. Afirma que os municípios de Diadema, Mauá e São Bernardo do Campo já possuem os Planos e que o Consórcio busca então definir os planos para os demais municípios, explica que alguns já estão em execução como em Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires e Santo André. Para a área de São Caetano do Sul, que não possui áreas de riscos nesse sentido, o trabalho é com relação à questão das inundações. Todo o trabalho é feito com as equipes dos municípios, como a Defesa Civil, Secretarias de Planejamento e de Obras. Após o trabalho de sobrevoo e de campo, é feito um trabalho por parte dos engenheiros para a avaliação das obras e intervenções, ou das remoções quando necessárias. No projeto também é realizado um curso por parte do IPT para as equipes técnicas das Prefeituras, o curso ensina a fazer o mapeamento e já foi realizado no município de Rio Grande da Serra. Kátia Canil menciona que é um curso teórico com toda a metodologia, e após é feito um curso prático. Será realizado um curso em Santo André e Ribeirão Pires em breve e ao final do trabalho são realizadas as Audiências Públicas nos municípios, para apresentação dos resultados às comunidades, para uma discussão em conjunto. Kátia Canil reforça que até o momento foi concluído o mapeamento das áreas de Rio Grande da Serra e entregue o relatório parcial com a metodologia, diz que há uma equipe trabalhando nas áreas de São Caetano do Sul e outra equipe trabalhando nas áreas de Ribeirão Pires. O próximo passo é a realização da Audiência Pública em Rio Grande da Serra. O mapeamento de Ribeirão Pires ficará pronto no final do mês de agosto e um curso de capacitação está previsto agora para Ribeirão Pires. Na sequência haverá também uma Audiência Pública no referido município e, em paralelo a isso, iniciaremos os trabalhos em Santo André, que já possui um levantamento prévio, após, será entregue o relatório individualmente para cada município, contendo os dossiês, cadastros, bases de dados, tipologias de intervenção, o plano em si, e o resultado das Audiências. O Prefeito de Santo André, Carlos Grana pergunta quando será feita a entrega dos relatórios e Kátia confirma que serão entregues entre o final do mês de novembro e o início de dezembro. O Prefeito de Mauá, Donisete Braga, menciona que no município foram instalados os quatro pluviômetros pelo CEMADEN, conforme anunciado em Assembleias anteriores. Katia Canil comenta sobre os distintos pontos de contato entre os projetos do IPT e do CEMADEN. Na sequência, o Prefeito Lauro Michels solicita se há alguma nova questão e informa que esteve no Ministério do Esporte e anuncia que o Ministro Aldo Rebelo, mencionou interesse em visitar a região e de conhecer o Consórcio para tratar de alguns assuntos, inclusive a Copa do Mundo, concluindo que pedirá ao Ministério que entre em contato para marcar uma agenda para os próximos meses. Em seguida, passa-se para o próximo ponto de pauta.

### 3. PLANO DE MOBILIDADE REGIONAL –

a. Relato da visita técnica do Ministério do Planejamento realizada em 27 e 28/junho – Sra. Andrea Brisida, Coordenadora do GT Mobilidade do Consórcio menciona sobre a visita dos técnicos do Ministério do Planejamento e do Ministério das Cidades à região para o detalhamento da primeira fase do Plano, detalhando cada uma das intervenções dentro dos seis eixos apresentados. Andrea reforça que os técnicos se apropriaram bastante do trabalho, dos detalhes do que ainda precisa ser feito. Informa que a técnica do Ministério do Planejamento, Natasha, que também coordena os trabalhos, informou que teria, na data de hoje, uma reunião preliminar com a Ministra Miriam Belchior para já passar o resultado desse

trabalho. Todas as propostas de obras complementares que foram solicitadas pelo município de Rio Grande da Serra e Mauá, após a apresentação dos seis eixos, foram inseridas e garantidas nessa primeira etapa. Foi discutido também o valor dos projetos, do centro de monitoramento e do sistema de informações, totalizando cerca de 3 bilhões de reais. Foi pactuada a entrega dos projetos para novembro de 2013. O Prefeito de Diadema, Lauro Michels, questiona se os projetos funcionais serão contratados via Consórcio, o que Andrea responde prontamente que sim e, que com isso, é possível garantir que os projetos saiam com mais rapidez. O Prefeito Lauro Michels ainda questiona se todas as cidades serão contempladas na primeira fase, e Andrea afirma que sim, todas terão recursos separados para que seja feito um recorte que possa contemplar todos os municípios. O Prefeito Marinho questiona se a contratação dos projetos seria posterior ao anúncio de liberação de recursos, sendo informado que deveriam ser contratados antecipadamente; a Sra. Andrea Brisida menciona também a alternativa de contratação posterior de obras pela modalidade do RDC. Na sequência, os Prefeitos aprovam em Assembleia a contratação dos projetos funcionais, alertando para a necessidade também do licenciamento ambiental.

b. Início dos trabalhos do projeto regional de sincronização semafórica – Andrea Brisida informa que será feita uma reunião com a empresa contratada no dia 5 de julho para realização do estudo dos primeiros cruzamentos, sendo que a ordem de início será a partir do dia 10 de julho (início de análise dos cruzamentos), mas ainda não será feita uma contagem dos veículos e da movimentação, por ser um mês atípico, de férias escolares. A expectativa é de que todo o trabalho esteja pronto até o dia 10 de novembro. O Prefeito Luiz Marinho fala que a sincronização semafórica das divisas dos municípios dialoga diretamente com o que cada cidade irá fazer, mencionando que o município de São Caetano do Sul já está em processo de contratação para início dos trabalhos e sua fala é reforçada por Andrea ressaltando que está sendo feito um trabalho diretamente com as equipes de cada cidade com diversas reuniões. Andrea Brisida explica ainda que o trabalho da empresa é de fazer uma consultoria para sincronização. O contrato prevê este tipo de trabalho, de regularização dos semáforos e não, por exemplo, a compra ou aquisição de novos computadores, explicando que todo o trabalho será feito com os equipamentos já existentes.

c - reapresentação de proposta para a Campanha Travessia Segura – A coordenadora do GT Mobilidade explica que a apresentação possui um foco maior no propósito de uma campanha massificada de marketing, com foco no gesto de indicação de travessia do pedestre, tentando conscientizar as pessoas desse gesto, como já é feito em outros municípios, para reflexão tanto do pedestre quanto dos motoristas, portanto, informa que a proposta desta fase é focada nesse tipo de trabalho. A ideia é realizar o trabalho com os motoristas profissionais, como os do transporte coletivo, de peruas escolares e outros públicos específicos. Além de toda a divulgação nas ruas, mídias externas, comunicação, imprensa e toda a parte de produção gráfica. É necessário fazer a distribuição do material em fábricas da região, além de palestras nas empresas, nas escolas públicas e obter uma parceria com as escolas privadas, focar ainda nos estacionamentos e nos cruzamentos com várias equipes para distribuição de material, enfim, explica que é um trabalho extenso e amplo de conscientização. A Sra. Andrea Brisida reapresenta o projeto que terá duração de 12 meses, mas que não é o suficiente para uma mudança cultural, isso requer muito mais tempo. Frisa na contratação de uma empresa, uma

agência, para que seja feito esse trabalho de marketing. Na sequência, Andrea fala sobre os recursos e custos necessários para toda a ação e o valor final, para 12 meses, que é o de R\$ 16 milhões. O Prefeito Luiz Marinho menciona, na sequência, que o grupo atendeu a demanda em trazer para a reunião algo consistente, mas que acha que o valor apresentado ainda não será o suficiente, pois acredita que seja necessária uma divulgação na mídia de televisão e, para isso, precisará de muito mais recurso. A ideia proposta pelo Presidente é a de verificar quando será feita uma campanha desse tipo na cidade de São Paulo e de realizar uma parceria para que o trabalho de divulgação pela TV seja feita em conjunto. O Presidente Marinho reforça que se a intenção é a de mudar o padrão cultural das pessoas, será necessário pensar em um projeto que vá além do prazo estipulado, renovando por mais 12 meses para que haja uma fixação na mente das pessoas; lembra que no início do mandato havia proposto triplicar o orçamento do Consorcio e sugere aos demais Prefeitos que o projeto seja aprovado e que seja feita uma divisão de valores entre os municípios. Neste momento é interrompido pelo Prefeito de Santo André, Carlos Grana, com o questionamento de qual seria o valor para participação de cada município. Marinho retoma a palavra sugerindo que seja feita uma conversa com as empresas montadoras da região para um possível patrocínio, mesmo com os recursos disponíveis em cada município, porém, buscando ainda o patrocínio e caso o interesse seja positivo, terá recurso para uma divulgação na mídia de televisão ou ainda deixar o recurso para investimento na segunda etapa da campanha, por mais 12 meses. O Secretário Executivo menciona que o valor estimado será rateado a proporção do valor para cada município, e enviado aos assessores regionais ainda na tarde de hoje. Em seguida, o Presidente Luiz Marinho fala que é necessária a elaboração de um Edital para chamamento de empresas ou agências para a realização de licitação e contratação para execução do projeto. Após um informe da Diretoria Administrativa e Financeira do Consorcio, o Presidente Luiz Marinho relata aos demais a estimativa de cotas para cada município, sendo: 21,07% para Santo André, 39,32% para São Bernardo do Campo, 12,93% para São Caetano do Sul, 12,55% para Diadema, 9,84% para Mauá, 3,33% para Ribeirão Pires e 0,96% para Rio Grande da Serra. O Prefeito Saulo Benevides sugere ao Presidente do Consórcio adiar um pouco mais o início dos projetos, o que é respondido que, no momento, é importante os Prefeitos tomarem a decisão de fazer o projeto e caso alguma cidade tenha mais dificuldade para executar agora, que inicie no começo do próximo ano, mas que é importante começar desde já a contratação e outros encaminhamentos. A Sra. Andrea Brisida lembra que no mês de setembro é comemorada a Semana Nacional do Trânsito (de 18 a 25/9) e que seria relevante apresentar algo consistente. O Prefeito Luiz Marinho delibera então que os trabalhos sejam iniciados no mês referido. Solicita também para que seja feita uma análise do assunto junto às equipes e às Prefeituras e propõe que a decisão final ocorra na próxima Assembleia de Prefeitos, lembrando ainda da existência dos recursos obtidos com as multas de trânsito, que devem ser utilizadas para esse tipo de campanha, com esta finalidade. Encerrando a pauta atual, passa-se para o próximo ponto.

4. PPA REGIONAL - Acordo de cooperação técnica com o Ministério do Planejamento, proposta de calendário para a elaboração do PPA regional e definição da comissão organizadora – o Secretário Executivo do Consórcio inicia mencionando que há nas pastas dos Prefeitos, para conhecimento, cópia do Acordo de Cooperação assinado pelo Prefeito de São Bernardo do Campo, Luiz Marinho, e



pela Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, no dia 11 de junho, acordo que vem sendo feito com os Governos Estaduais e que aqui na região aconteceu primeiramente com o Consórcio. É um acordo de suporte do Ministério para execução do PPA Regional com acesso ao sistema de indicadores, além disso, está sendo definida junto aos Secretários de Planejamento, uma estratégia para elaboração do PPA Regional Participativo. O Secretário Executivo explica que existe uma proposta que será apresentada aos Prefeitos, com as principais diretrizes de cada eixo estruturante, para que possa dar encaminhamento até os meses de novembro e dezembro, isso com as grandes diretrizes do que será o PPA 2014/2017, com os principais programas em cada eixo, definindo as macroprioridades e idealmente ter uma proposta de uma Assembleia Extraordinária para a apresentação desses dados e, conseqüentemente, aprovação dos Prefeitos. Há, também, a proposta de que os Secretários de Planejamento constituam uma Comissão Organizadora, uma vez que já estão envolvidos na relação com o Ministério. Na seqüência, a Assembleia aprova a instituição da referida comissão e, também uma Assembleia Extraordinária para apresentação das propostas do núcleo de planejamento, que fica agendada para o dia 15 de julho.

5. REPOSIÇÃO SALARIAL E ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS - Apresentação da pauta de reivindicações da Comissão de Funcionários do Consórcio, e assuntos correlatos – o Secretário Executivo apresenta o documento feito pela Comissão de Funcionários do Consórcio e entregue para a Secretaria Executiva, mas relembra, já que a discussão é a primeira nesse quadriênio, que a partir da transição para Consórcio público no ano de 2010, foram preenchidos todos os cargos e ficou definido no ano de 2011, os meses de julho como data base para reajustes. Em 2012, no mês de julho, foi feita uma reposição de 2,51% em função do calendário eleitoral. Portanto, voltando para a atual situação, a reivindicação feita pelos servidores, resumidamente em seis pontos, é a da aplicação do INPC, de julho/12 a julho/13, que é estimado em 7,03%, segundo estimativa do Banco Central, além da aplicação dos 2,33% remanescentes do período anterior. As demais solicitações são o pagamento da diferença salarial desse resíduo para os meses anteriores, com um dispêndio global estimado no valor de R\$ 20 mil; um aumento real de 3%; um ajuste específico dos salários dos assistentes administrativos e da (o) recepcionista, por considerar que esse salário está defasado; e um aumento do Vale Refeição de R\$ 18 para R\$ 23, pois o valor de R\$ 18 é o vigente desde o ano de 2010. Foi feito um estudo de impacto, o que significaria um acréscimo de R\$ 40 mil no resultado final, com a diferença retroativa, ficaria em torno de R\$ 60 mil e com os aumentos reais chegaria ao valor de R\$ 74 mil. Sobre o vale refeição, o Secretário Executivo explica que com a diferença haveria um acréscimo de R\$ 20 mil anuais; lembra que estão presentes também os demais diretores e também a assessora contábil da entidade, Sra. Eliane Cirqueira, que poderão responder a eventuais pedidos de esclarecimento. O Prefeito Luiz Marinho afirma que sobre o aumento real não há como viabilizar, diz que a com a inflação de 7,03%, dos 12 meses, restou um resíduo de 2,33% do ano passado, por restrição da legislação eleitoral, portanto, o caso ocorreu antes desse período. Enfatiza que os servidores solicitam duas medidas, a incorporação dos 2,33% e a recuperação do período todo anterior. Marinho ressalta que cabe para o momento a reposição da inflação do período e, que talvez, seja possível dividir esse valor e viabilizar parte agora e parte no ano que vem ou disponibilizar tudo para agora (estimativa de 9,52%), e menciona que há viabilidade

em reajustar o Vale-refeição para R\$ 20, sendo a concessão possível. Há uma questão correlata que é a saída de três servidores do cargo de assistentes administrativos, para isso, o Secretário Executivo informa que já deu início ao processo para realização de um Concurso Público. Lauro Michels questiona sobre o salário dos assistentes/recepcionista e o Secretário Executivo informa que é de R\$ 1.800. Informa também que no caso desses três cargos o Estatuto do Consórcio prevê a realização de um processo seletivo simplificado, por tempo determinado, enquanto se avalia uma reestrutura administrativa mais ampla. Fica aprovado o reajuste no valor do INPC acumulado no período acrescido dos 2,33% remanescentes, além de R\$ 20 para o vale-refeição. Também fica aprovado o processo seletivo simplificado para preencher as três vagas de assistente administrativo atualmente em aberto.

#### INFORMES

6. GT PESSOA COM DEFICIÊNCIA - proposta de adesão regional ao Programa Viver Sem Limite, do governo federal – o Secretário Executivo informa que existe a proposta do Governo Federal em realizar uma adesão coletiva dos sete municípios ao Programa 'Viver Sem Limite', plano nacional lançado recentemente, que significa o acesso a recursos para políticas relacionadas às pessoas com deficiência. Explica que essa adesão é assinada por cada Prefeito de cada município e que já foi aprovada pelo GT Pessoa com Deficiência do Consórcio, portanto, apresentam à Assembleia, uma proposta de adesão dos sete municípios, idealmente com uma solenidade com a presença da Ministra Maria do Rosário, estendendo o convite às cidades da região metropolitana de São Paulo. A proposição foi aprovada pela Assembleia.

7. CONFERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - informe sobre a organização do evento – O evento acontecerá nos dias 01 e 02 de agosto e o pedido principal da organização da conferência é a liberação de espaço de publicidade em outdoors dos municípios. Os encaminhados já foram dados, com a devida solicitação às Prefeituras para a divulgação do evento.

8. AGENDA FUTURA E ASSUNTOS EXTRA-PAUTA: Na sequência, o Secretário Executivo menciona as próximas agendas, sendo a primeira delas apontada na Pauta como a 8ª Assembleia Extraordinária de Prefeitos, com a presença do Secretário Estadual de Segurança Pública, Fernando Grella Vieira, marcada para ocorrer em 04 de julho. O Presidente Marinho alerta que a agenda foi desmarcada a pedido do próprio Secretário, devido às manifestações ocorridas nos últimos dias na cidade de São Paulo. Em seguida, comenta sobre a agenda do dia 10 de julho, que será realizada a Audiência Pública sobre o Orçamento Estadual 2014, ao qual Luiz Marinho sugere uma reunião extraordinária para tratar dos encaminhamentos, sugerindo que os Secretários de Planejamento de cada cidade preparem um material com uma intervenção dos municípios, com as propostas da região, para apresentar na referida Audiência. O Prefeito Marinho questiona de quem é a organização do encontro e o Secretário Executivo Luis Paulo confirma que é da Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano de São Paulo e da EMPLASA; a partir desta informação o Prefeito sugere checar quem estará à frente da organização. Na sequência, há um debate entre os Prefeitos devido às audiências serem realizadas anteriormente pela Assembleia Legislativa. Marinho sugere utilizar a data de 04 de julho, anteriormente marcado para receber o Secretário de Segurança para fazer uma reunião prévia da Audiência, juntamente com os Secretários de Planejamento. Logo após, é mencionada a agenda do dia 27 de julho, sobre a Conferência Regional

Consórcio Intermunicipal Grande ABC de Igualdade Racial e por fim a agenda já mencionada acima sobre a Conferência Regional de Educação, em 01 e 02 de agosto. O Presidente do Consórcio dá o informe extrapauta de que saiu o licenciamento ambiental da Linha 18 Bronze do Metrô e relata que havia uma pendência com a Prefeitura de São Paulo referente à chegada ou saída dos trens da Estação Tamanduateí, com o pedido de mudança no projeto. Em reunião com o Prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, juntamente com os Secretários Júlio Semeghini e Jurandir Fernandes, foi mencionado que a qualquer problema eles nos dariam liberdade para fazer os encaminhamentos, mas depois de uma avaliação chegou-se a conclusão de que se fosse fazer uma mudança no projeto, teria um atraso de no mínimo um ano para ficar pronto. Portanto, o Prefeito de São Paulo autorizou que fizéssemos o projeto com base no que já seria feito anteriormente. O próximo passo será o de assinar os convênios entre a Prefeitura de São Paulo e o Governo do Estado, juntamente com as Prefeituras de Santo André, São Caetano do Sul e São Bernardo do Campo. O Presidente Luiz Marinho pergunta se é possível realizar uma solenidade para as assinaturas do convênio e os demais Prefeitos aceitam a sugestão e o Prefeito solicita que o Secretário Executivo entre em contato com o governo estadual para viabilizar tal ação, idealmente no próprio Consórcio. O Prefeito Donisete Braga questiona sobre o cronograma que a CPTM definiu para fazer a reforma em Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires, Mauá, Guapituba, Capuava, Santo André e São Caetano do Sul, pois não estão cumprindo com o acordo e solicita verificar como está o andamento dos projetos, pois há um atraso no cumprimento dessas obras e a sugestão de todos é que no dia da realização da solenidade de assinatura seja entregue esse cronograma atualizado. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por cumprida a pauta, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, às 12h, cuja ata, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Assembléia Geral. Eu, Luis Paulo Bresciani, Secretário Executivo do Consórcio, digitei, conferi e assino abaixo.-  
.....  
Região do Grande ABC, em 01 de julho de 2013.

Prefeitos signatários, presentes na 40ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral.

LUIZ MARINHO  
PRESIDENTE  
Prefeito do Município de São Bernardo do Campo

LAURO MICHELS SOBRINHO  
VICE-PRESIDENTE  
Prefeito do Município de Diadema

CARLOS ALBERTO GRANA  
Prefeito do Município de Santo André

PAULO NUNES PINHEIRO  
Prefeito do Município de São Caetano do Sul

DONISETE PEREIRA BRAGA  
Prefeito do Município de Mauá

SAULO MARIZ BENEVIDES  
Prefeito do Município de Ribeirão Pires

LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA  
Prefeito do Município de Rio Grande da Serra

LUIS PAULO BRESCIANI  
Secretário Executivo da Presidência

---

Nota: Abaixo da linha supra não fazem parte quaisquer termos constantes na Ata da 40ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.